



6 a 8 de outubro de 2010 - Canela RS

ENTAC 2010

XIII Encontro Nacional de Tecnologia
do Ambiente Construído

A PARTICIPAÇÃO DE MORADORES NA PRODUÇÃO DA HABITAÇÃO SOCIAL RURAL – ANÁLISE DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DO ASSENTAMENTO RURAL SEPÉ TIARAJU, SERRA AZUL/SP

Rodolfo V. Sertori (1); Rosana R. Folz (2); Akemi Ino (3);

- (1) Grupo HABIS, Departamento de Arquitetura e Urbanismo – Escola de Engenharia de São Carlos
– Universidade de São Paulo, Brasil – e-mail: r046271@gmail.com
- (2) Grupo HABIS, Departamento de Arquitetura e Urbanismo – Escola de Engenharia de São Carlos
– Universidade de São Paulo, Brasil – e-mail: rosana.folz@gmail.com
- (3) Grupo HABIS, Departamento de Arquitetura e Urbanismo – Escola de Engenharia de São Carlos
– Universidade de São Paulo, Brasil – e-mail: inoakemi@sc.usp.br

RESUMO

O presente trabalho insere-se na discussão sobre a produção de habitação social rural, envolvendo processos de organização, participação e gestão dos futuros moradores nas fases de projeto e construção de suas moradias. Trata-se de uma experiência vivenciada em um assentamento de reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Sepé Tiaraju, localizado no município de Serra Azul/SP, onde 77 casas foram construídas com a colaboração do Grupo de Pesquisa em Habitação e Sustentabilidade (HABIS - EESC/USP e UFSCar), responsável pela assessoria técnica do projeto. Como objetivo principal, pretende-se analisar o processo de planejamento e execução de uma das etapas construtivas, a de instalações elétricas, no qual cinco moradores do assentamento foram organizados e capacitados pela equipe de assessoria. Esta capacitação, realizada por meio de uma oficina prática na casa de um dos assentados participantes, visou complementar a formação e a renda dos próprios moradores, os quais assumiriam este ofício nas demais casas do assentamento. A estratégia de pesquisa adotada é a *pesquisa-ação*, a qual possibilita a coleta de dados simultaneamente à ação na realidade em questão. A metodologia fundamenta-se na observação direta, na análise dos relatos de viagem e, sobretudo, na aproximação e nos diálogos estabelecidos entre a equipe técnica, os moradores capacitados e as demais famílias do assentamento. Os resultados apontaram para algumas potencialidades e dificuldades relacionadas às condições socioeconômicas das famílias, seu histórico cultural e também ideológico. Estas questões, portanto, necessitam ser incorporadas na discussão da produção habitacional no meio rural, quando se considera a participação dos moradores neste processo.

Palavras-chave: habitação social rural; processos participativos; instalações elétricas.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Mutirão, participação e autogestão na produção habitacional

O debate sobre o mutirão como forma de prover habitação para os pobres apresenta inúmeras divergências teóricas, práticas e políticas. A grande questão que se coloca neste debate, pra além da participação dos futuros trabalhadores/usuários na criação e produção habitacional, diz respeito às possibilidades de democratização, auto-organização, autogestão e emancipação do grupo de atores populares e movimentos sociais envolvidos nesse processo.

Esta discussão, por mais complexa que seja, nos obriga, enquanto profissionais e pesquisadores, a refletir para os inúmeros questionamentos que emergem desse tema. A questão do mutirão, da participação e da autogestão, quando postas à luz de uma reflexão crítica, trazem à tona diversas contradições que ainda carecem de debates mais amplos, sem os quais torna-se praticamente impossível qualificar e transformar os campos acadêmico, político e social.

Em seu artigo intitulado “A Política de Produção Habitacional por Mutirões Autogeridos: construindo algumas questões”, Cíbele Rizek afirma o seguinte:

As primeiras experiências de produção de habitações por mutirões oficiais datam dos anos 80 em São Paulo, no governo municipal de Mário Covas. Quando o Partido dos Trabalhadores passa a governar a cidade de São Paulo, com a gestão de Luíza Erundina, o Funaps (Fundo de Financiamento de Habitações) é rearticulado e passa a abrigar várias linhas de financiamento habitacional, que receberam o nome de Funaps Comunitário e Funaps Vertical, constituindo-se em política para mutirões autogeridos, Funaps Favelas e Funaps Cortiços. Em toda negociação entre o movimento de moradia e o poder público, a contrapartida oferecida foi o trabalho que viabilizaria a produção de unidades habitacionais de melhor qualidade com baixos custos, assim como a adaptação dos projetos de arquitetura às demandas dos moradores (RIZEK, 3002, p. 34).

Na década de 80, período de forte organização e atuação dos movimentos sociais, sobretudo do movimento por moradia, a autora, citando Pedro Fiori Arantes, afirma que a autoconstrução em mutirão encontrava-se na chave das práticas de participação e democratização da habitação e da cidade, vinculada a um ideário de possibilidade de uma nova sociedade (ARANTES, 2000, p. 52 apud RIZEK, 2003, p. 34). No mesmo sentido, João Marcos de Almeida Lopes coloca que, o que se imaginava naquela época, seria que a organização das classes populares em torno de um determinado processo autônomo de gestão produtiva e reprodutiva de segmentos urbanos promoveriam, a médio prazo, “áreas libertas” da cidade. Assim, com esse processo de produção da moradia, também seria possível requalificar as relações políticas entre os agentes envolvidos e o modo de pensar o objeto arquitetônico moradia, bem como repensar novas formas de organização do trabalho no canteiro de obras e de interlocução entre profissionais e moradores (LOPES, 2006, p. 3).

Sobre a participação dos moradores na produção de suas casas, Lúcia Shimbo, em sua dissertação de mestrado, afirma que

No encontro para a discussão do projeto de habitação entre arquiteto e morador surge uma dimensão de liberdade e de escolha quando se coloca a possibilidade de se pensar e imaginar a casa que se quer e se sonha, baseada numa construção cultural, histórica, ideológica e antropológica, que devem ser levadas em consideração. Por outro lado, vem a dimensão da necessidade e da urgência, quando se trata de população de baixa renda e de habitação social, traduzidas nas idéias da casa como abrigo e da habitação mínima com sua respectiva solução técnica. E é nesse espaço de diálogos e interlocuções entre indivíduos e grupos, carregados de experiências que ora os diferenciam, ora os agrupam, que se efetivam as dimensões participativas, baseadas no falar e ouvir o outro a fim de se conceber e construir algo coletivamente (SHIMBO, 2004).

Os ideais contidos na afirmação acima caminham para o mesmo sentido das propostas defendidas por John Turner, na década de 1970. Contrapondo-se à postura dos arquitetos modernos, os quais propagavam a idéia de que a produção da habitação deveria centralizar-se no Estado e no arquiteto, não havendo a participação dos futuros moradores nesse processo, o autor afirma em seu livro “Vivienda, todo el poder para los usuarios”, que a habitação, enquanto uma necessidade universal, tem se tornado, em geral, institucionalizada. Esta institucionalização, por sua vez, acaba impondo uma

alienação à vida cotidiana dos cidadãos, privando-os de participar na produção de novos valores utilitários (TURNER, 1977, p. 30).

Por meio do debate colocado sobre o processo participativo de criação do objeto habitacional, encontramos em Sérgio Ferro uma dimensão mais profunda. Em sua obra central, “O canteiro e o desenho”, o autor dedica-se à tentativa de produzir, de forma consistente, uma teoria crítica da arquitetura. Neste ensaio, Ferro descreve o canteiro de obras como um lugar importante na luta de classes, na extração da mais-valia e na alienação do trabalho. O desenho de arquitetura, por sua vez, inserido no modelo de produção capitalista, serve de molde para que o trabalho idiotizado seja cristalizado e naturalizado (FERRO, 1982).

Diante de breves colocações, contudo, o ideário do mutirão, da participação e da autogestão enquanto mecanismos de democratização das práticas da arquitetura acabam por se transformar em política oficial de habitação, porém sem as dimensões relativas às possibilidades de emancipação futura. Ainda que algumas experiências tenham se mantido (e ainda se mantêm) como autogeridas, como pensar a questão do mutirão na perspectiva da produção de uma outra cidade, transformada e livre? Mais ainda, como pensar estas questões quando o universo questão é um assentamento rural de reforma agrária, com inúmeras particularidades, conflitos e dificuldades?

O trabalho descrito neste artigo insere-se nesse debate de forma bastante contundente. Trata-se da construção de 77 unidades habitacionais em um assentamento rural de reforma agrária, onde inúmeros conflitos e embates marcaram todo o processo construtivo, resultando em diversas dificuldades para as famílias assentadas e para a equipe de assessoria técnica. Em meio a este cenário, surge a oportunidade de organizar um grupo de assentados para executarem a etapa de instalações elétricas, visando a geração de trabalho e complementação de renda. Neste processo de formação e troca de saberes, serão apresentadas as dificuldades, as potencialidades e os reflexos de uma política habitacional cujas características principais não se fundamentam, de forma alguma, na autonomia, na emancipação e na democracia.

2 OBJETIVO

O objetivo principal deste artigo consiste em analisar o processo de organização e capacitação de cinco moradores do assentamento rural Sepé-Tiaraju, os quais assumiriam a execução das instalações elétricas das unidades habitacionais do assentamento. Para além desta análise, o presente trabalho também pretende apontar as principais dificuldades que emergiram neste percurso, relacionando-as com as estratégias e hipóteses da equipe de assessoria, com as soluções encontradas pelas famílias e com as implicações no andamento desta etapa construtiva.

3 METODOLOGIA

3.1 A pesquisa-ação como estratégia de pesquisa

O Grupo de Pesquisa em Habitação e Sustentabilidade (Grupo HABIS – EESC/USP e UFSCar) adota a metodologia da pesquisa-ação como principal estratégia para o desenvolvimento de seus projetos de pesquisa. Buscando aproximar e integrar os saberes técnicos e populares, de forma a contribuir na transformação de realidades locais, o Grupo tem atuado, desde 2002, em assentamentos rurais. Neste universo, atua mais precisamente com a questão habitacional, articulando a produção de moradias com tecnologias construtivas alternativas, com oportunidades de geração de trabalho e renda e, principalmente, com a participação dos usuários no processo de projeto e construção de suas casas.

Nesse sentido, o Grupo Habis adota a pesquisa-ação como principal metodologia de atuação. Para Dionne, a pesquisa-ação é:

(...) uma modalidade de intervenção coletiva, inspirada nas técnicas de tomada de decisão, que associa atores e pesquisadores em procedimentos conjuntos de ação com vista a melhorar uma situação precisa, avaliada com base em conhecimentos sistemáticos de seu estado inicial e apreciada com base em uma formulação compartilhada de objetivos de mudança (DIONNE, 2007, p. 68).

Assim, o presente trabalho foi desenvolvido da seguinte forma:

- Realização de uma oficina de capacitação entre assessores e moradores assentados;
- Visitas frequentes aos canteiros de obras, para verificar as condições das casas e a execução da etapa de instalações elétricas;
- Coleta de dados por meio de diário de campo e planilha de coleta estruturada pelo Grupo;
- Análise e sistematização dos dados.

O período de coleta de dados refere-se aos meses de junho a dezembro de 2009.

3.2 O assentamento rural Sepé-Tiaraju e o projeto habitacional

O Assentamento Rural Sepé-Tiaraju, universo empírico deste trabalho, está localizado às margens da Rodovia Abrão Assed (SP-333), que liga os municípios de Serra Azul e Serrana, a noroeste do estado de São Paulo, próximo à cidade de Ribeirão Preto. Legalizado em 14/04/2000, o assentamento possui atualmente 79 famílias, com lotes individuais de 3,6 ha, as quais se organizaram territorialmente em quatro núcleos (Dandara, Zumbi dos Palmares, Chico Mendes e Paulo Freire), com aproximadamente 20 famílias cada (Figura 1).

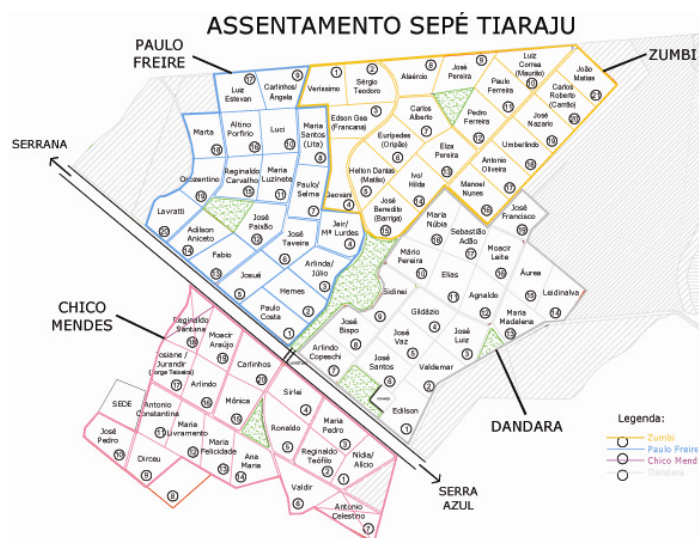


Figura 1 – Organização territorial do assentamento rural Sepé-Tiaraju.

Em dezembro de 2005 ocorre o primeiro contato entre as famílias do assentamento e o Grupo Habis. Neste período, o Grupo ainda atuava como equipe de pesquisa e assessoria técnica na construção de 42 casas no assentamento rural Pirituba II, localizado no município de Itapeva/SP. Tomando conhecimento desse projeto habitacional (**Projeto Inovarural**)¹, financiado pela Caixa Econômica Federal (CEF) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), representantes da Associação Agro-Sepé entraram em contato com o Grupo Habis para apresentarem a demanda por moradias do assentamento, e discutirem as condições de atuação do Grupo, junto às famílias, no desenvolvimento de um projeto habitacional no assentamento.

Em 2006, a equipe de pesquisadores-assessores do Grupo Habis iniciou com as famílias do Sepé o processo de discussão do projeto arquitetônico, além da análise de diferentes materiais construtivos que poderiam ser empregados na construção das casas. Após esta etapa, chegou-se a três tipologias construtivas: casas de dois quartos, três quartos e alternativos², com área total de 60 m² para as casas

¹ Projeto Inovarural: habitação rural com inovações no processo, gestão e produto: participação, geração de trabalho e renda e sistemas construtivos com recursos locais e renováveis.

² As casas de dois quartos e três quartos seriam construídas com alvenaria estrutural de bloco cerâmico, enquanto as casas alternativas (o mesmo tipo para as 10 famílias que optaram inicialmente por este modelo) seriam construídas em adobe. Por isso a denominação de “alternativos”.

de dois e três quartos, e 72 m² para as casas alternativas. Em seguida, a equipe de assessoria dá início à elaboração dos documentos a serem enviados para a CEF, para a obtenção do financiamento habitacional³. Após esta etapa, decidiu-se que o processo construtivo seria em mutirão. Para tanto, foram discutidos os acordos coletivos para o canteiro de obras, bem como as responsabilidades de cada ator no projeto.

Em agosto de 2006, as famílias foram organizadas em brigadas para o trabalho em canteiro de forma a facilitar a dinâmica do processo construtivo e o acompanhamento da equipe de assessoria, uma vez que, no assentamento Sepé-Tiaraju, as distâncias entre os lotes são variáveis, podendo ultrapassar os 3 quilômetros. Além disso, as brigadas também consideravam o grau de sociabilidade entre as famílias e os diferentes tipos da tipologia definida.

Como cada família já possuía um recurso de R\$ 5.000,00, subsidiado pelo INCRA, as obras foram iniciadas em outubro de 2006, mesmo sem a liberação até então do financiamento da CEF. Em abril de 2007, das 80 famílias inicialmente organizadas, 77 conseguiram acessar o financiamento da CEF, por meio do Programa Carta de Crédito FGTS – Operações Coletivas. Cada família receberia o valor de R\$ 8.900,00 que, somado aos recursos do INCRA, totalizaria R\$ 13.900,00⁴. Desse valor, 13% seriam destinados ao pagamento da mão-de-obra das próprias famílias, 6% seria para o pagamento da assessoria técnica e 81% para a compra dos materiais construtivos.

Para cada etapa de obra, os assessores-pesquisadores do Habis adotaram a estratégia de oficinas de capacitação coletiva. Estas oficinas eram realizadas em uma casa de cada tipologia, contemplando as três tipologias diferentes do projeto. A casa (ou a família) era selecionada por sorteio, e as famílias, sobretudo os pedreiros, eram convidadas a participar da oficina para aprenderem a executar a etapa construtiva, de acordo com o projeto elaborado pelos assessores.

Desde o início das obras, até o momento atual, ocorreram cinco paralisações do projeto, devido a inúmeros conflitos entre famílias, entre famílias e assessoria, bem como à quebra recorrente dos acordos coletivos. A incongruência entre os prazos de obra estipulados pela CEF e a dinâmica das famílias do assentamento, as quais tinham que conciliar o trabalho na lavoura com a construção de suas casas, também foi um dos principais fatores que prejudicou o andamento das obras. Dessa forma, as brigadas começaram a se dissolver e o trabalho individual e terceirizado se sobrepôs ao trabalho coletivo e de cooperação entre famílias.

Em maio de 2009, das 77 famílias com obras paradas, não iniciadas, ou em andamento, 55 casas já estavam cobertas e, segundo o cronograma de obras, poderiam receber as instalações elétricas. Contudo, neste período as obras estavam paralisadas e, portanto, a compra de materiais e o acesso aos recursos de mão-de-obra estavam inviabilizados. Assim, foi realizada uma reunião com as famílias dos quatro núcleos do assentamento, a equipe do Grupo Habis, representantes da CEF e INCRA e a promotoria pública de Ribeirão Preto para a retomada das construções. Após esta reunião, a compra de alguns materiais e a liberação de recursos de mão-de-obra foram retomadas, possibilitando que as famílias dessem andamento às etapas construtivas.

A partir desse momento, e diante das dificuldades ocorridas ao longo do processo construtivo, a equipe de assessoria se dedicou a elaborar as estratégias para a realização das instalações elétricas nas 55 casas, de forma que esta etapa pudesse ser concluída respeitando o novo cronograma de obras. A descrição da estratégia e sua aplicação podem ser conferidas no tópico seguinte.

³ A entrega de todos os documentos necessários para a solicitação do financiamento habitacional à CEF ocorreu no dia 01 de junho de 2006. Contudo, esse financiamento só foi liberado em abril de 2007, quando as famílias assinaram o contrato com a CEF na modalidade Carta de Crédito FGTS – Operações Coletivas.

⁴ Esse valor representa o subsídio total para cada casa, independente da planta escolhida pela família. Contudo, devido às inúmeras quebras de acordos e paralizações de obra, muitas famílias tiveram que investir recursos próprios para dar andamento à obra, sobretudo aquelas que perderam material, ou que terceirizaram a obra.

3.2 A estratégia adotada: oficina de capacitação para a organização de “possíveis eletricitistas”

Durante as visitas da equipe de assessores-pesquisadores ao assentamento, no período pós-retomada do projeto, alguns moradores, quando questionados se gostariam de aprender a executar as instalações elétricas de suas casas, manifestaram interesse⁵. Diante desse diagnóstico, os assessores sugeriram, para um desses moradores interessados no processo de aprendizagem da etapa em questão se ele não disponibilizaria sua casa para uma “oficina de capacitação” das instalações elétricas. Diferente das oficinas anteriormente realizadas com as famílias, esta tinha como objetivo formar uma equipe de “possíveis eletricitistas”, os quais, além de executores desta etapa nas casas do assentamento, também poderiam buscar o aprimoramento da técnica e a complementação da renda.

A etapa de instalações elétricas foi dividida pela assessoria em diversas sub-etapas: a) conduítes instalados na alvenaria; b) conduítes instalados no forro; c) caixas de passagem instaladas na alvenaria; d) caixas de derivação instaladas no forro; e) instalação dos fios; f) instalação de tomadas, interruptores e suportes para lâmpadas; g) ligação da casa ao padrão de entrada. Como a equipe pretendia realizar a oficina em um único dia, foi sugerido ao Luiz Estevan que ele adiantasse as etapas “b”, “c” e “d” na sua casa. Assim, a oficina se restringiria às etapas “e”, “f” e “g”, paralelamente à leitura e explicação do projeto elétrico⁶.

Enquanto o morador preparava sua casa para a oficina, a equipe de assessoria entrou em contato com os “possíveis eletricitistas”. Foram convidados 5 moradores do assentamento, sendo um do núcleo Dandara, dois do núcleo Paulo Freire e dois do núcleo Chico Mendes. Todos confirmaram presença para a oficina, agendada para o dia 19 de junho de 2009.

A oficina teve início às 8h40, com a distribuição do projeto elétrico para cada participante, seguida de uma breve explicação. Dentre os participantes, estavam sete moradores do assentamento, sendo que, destes, apenas 3 estavam entre os convidados pela assessoria (Figura 2). Após a explanação do projeto e esclarecimento de algumas dúvidas dos assentados, deu-se início à instalação dos fios. Durante toda a manhã, foi possível realizar as seguintes instalações:

- Instalação dos fios do chuveiro;
- Instalação dos fios referentes às tomadas da cozinha;
- Instalação dos fios referentes à iluminação da casa e tomadas da sala e quartos.



Figura 2 – Explicação do projeto elétrico com os assentados.

Neste primeiro processo, os assentados foram bastante participativos, colaborando nas instalações dos fios e levantando algumas dúvidas e questões de projeto. Para garantir que eles se sentissem esclarecidos, foram feitas explicações referentes a cada etapa das instalações, buscando associar as dúvidas dos participantes com o projeto elétrico. A intenção era possibilitar que os assentados pudessem compreender o projeto simultaneamente à sua execução.

⁵ Esses moradores, em sua grande maioria, são pessoas com quem a assessoria ainda tem bastante afinidade. Além disso, havia um grande interesse desses assentados em investir, de alguma forma, na sua formação técnica, e colaborar com a assessoria.

⁶ O projeto elétrico (para as três plantas diferentes) foi dividido em quatro circuitos: iluminação, tomadas gerais, tomadas da cozinha e chuveiro.

No período da tarde, apenas cinco moradores retornaram para a oficina. Assim, o trabalho foi retomado com a explicação e montagem do Quadro de Distribuição Central (QDC). Para facilitar a compreensão dos participantes, os assessores detalharam em um papel a função de cada disjuntor do Quadro e como seriam feitas as conexões entre eles. Nesse momento, os participantes anotaram em um papel as informações passadas pela assessoria, para não esquecerem os detalhes quando estivessem executando as instalações sozinhos (Figura 3).

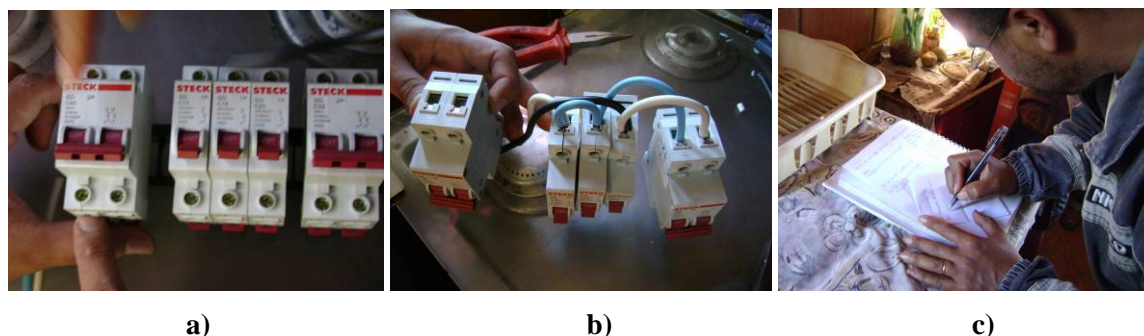


Figura 3 – explicação da disposição dos disjuntores do QDC e seu funcionamento (a); conexão entre os disjuntores (b); eletricista fazendo anotações (c).

Após a instalação do QDC na alvenaria, e conexão entre os disjuntores, estes foram encaixados no Quadro, conectando-se também os fios elétricos aos respectivos disjuntores. A etapa seguinte objetivou as seguintes operações: instalação do disjuntor no Quadro de Distribuição Geral (QDG); instalação do cabeamento de entrada, conectando-o ao QDG e ao QDC (Figura 4). Terminadas estas operações, os assessores e assentados se organizaram para realizar as últimas etapas da oficina: executar as conexões entre os fios elétricos nas caixas de derivação; instalar as tomadas e interruptores; instalar os suportes para as lâmpadas. Esta última etapa terminou às 19h30, após testarmos o funcionamento de algumas lâmpadas e tomadas.

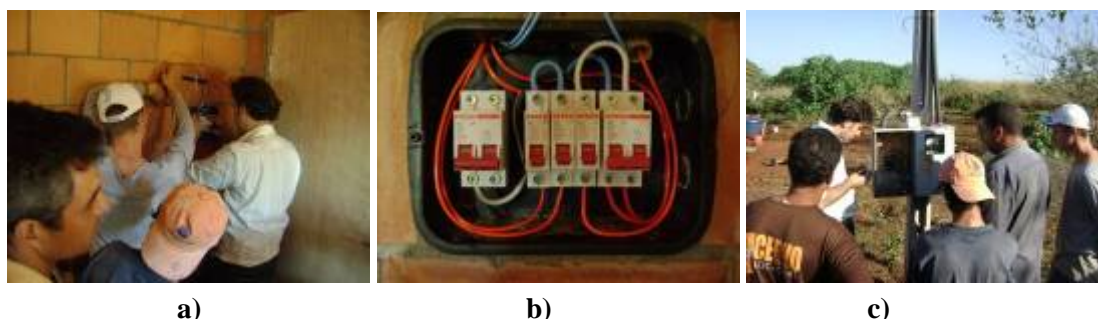


Figura 4 – instalação do QDC (a); QDC instalado na alvenaria (b) e instalação do disjuntor no QDG (c).

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

4.1 Análise da estratégia

Esta oficina de instalações elétricas trouxe para os assessores-pesquisadores do Grupo Habis algumas reflexões, sobretudo no que diz respeito à participação dos usuários nos processos de concepção e construção de suas moradias. Contudo, a experiência em questão traz uma particularidade que precisa ser considerada na análise. Por se tratar de uma oficina direcionada a formar “possíveis eletricitistas”, a divulgação não ocorreu para todas as famílias do assentamento – como era feito nas oficinas de capacitação anteriores. No momento de elaboração da estratégia, os assessores levaram em consideração os seguintes fatores:

- Necessidade de dar andamento às obras;
- Ausência de profissionais capacitados no assentamento para realizar esta etapa de acordo com o projeto elétrico;

- Dificuldades financeiras da grande maioria das famílias;
- Possibilidade de geração de trabalho e renda para os “possíveis eletricitistas”

Neste sentido, ainda que outras famílias pudessem participar da oficina, como de fato ocorreu, a assessoria priorizou os moradores que poderiam assumir este trabalho no assentamento. Após o término da oficina, quando questionados sobre a possibilidade de se tornarem os “eletricistas” do assentamento, todos demonstraram interesse. Porém, naquele momento, não se sentiam à vontade para realizar sozinhos as instalações. Sugeriram, portanto, que fossem organizadas duplas ou trios para aprimorarem melhor a técnica, uma vez que, segundo eles, “um poderia ajudar o outro”.

Com relação ao valor que seria cobrado por eles, chegou-se ao acordo de R\$ 200,00 por casa. Contudo, a condição dos eletricitistas para a execução do serviço foi idêntica à da assessoria. As casas deveriam estar com conduítes instalados na alvenaria e no forro, e caixas de passagem e derivação instaladas na alvenaria e no forro. Caso alguma família quisesse negociar o valor estipulado, assim como as etapas a serem executadas pelos eletricitistas, as negociações aconteceriam diretamente entre famílias e eletricitistas, podendo a assessoria atuar como interlocutora nesse processo, caso necessário.

4.3 Eletricitistas em ação: algumas dificuldades

Para que os eletricitistas pudessem “entrar em ação”, os assessores apresentaram para as 55 famílias a oportunidade de contratarem um dos assentados capacitados para executarem a etapa nas suas respectivas casas. Algumas famílias se mostraram interessadas e outras não. Dentre as famílias que não se interessaram, algumas diziam não confiar na segurança e qualidade do trabalho realizado pelos eletricitistas. No entanto, o que mais contribuiu para que as famílias rejeitassem a oferta dos eletricitistas foi o valor cobrado por eles. Até então, as famílias não haviam recebido o recurso de mão-de-obra referente a esta etapa (R\$ 150,00). Sendo assim, muitas não consideravam “justo” o fato de terem que pagar para os eletricitistas R\$ 50,00 a mais do que cada família receberia de mão-de-obra, uma vez que os eletricitistas não executariam o serviço completo. Contudo, os eletricitistas também não consideravam justo ter que realizar todas as fases da etapa por apenas R\$ 200,00, sendo que, em média, cada eletricitista (sozinho) demorava três dias para executar as instalações.

Diante deste cenário, as famílias encontraram outra solução. Nesse período, um acampamento do MST estava em formação numa área ao lado do assentamento. Após uma reintegração de posse, as famílias acampadas se instalaram na área central do assentamento, denominada de “Sitinho”. Um dos acampados possuía experiência com serviços elétricos e soube que as famílias do Sepé estavam precisando de eletricitistas. A partir daí, ele ofereceu sua mão-de-obra para algumas famílias, com um diferencial: executaria todas as fases da etapa por R\$ 200,00. Em um universo marcado pela escassez e pela carência, é muito fácil deduzir a saída encontrada pelas famílias. A maioria contratou os serviços do cidadão acampado que, mais tarde, desistiu do acampamento, mas continuou trabalhando como eletricitista no assentamento.

4.4 Alternativa encontrada pelas famílias: um novo eletricitista

Logo que a assessoria soube do “novo eletricitista”, a principal preocupação fundamentava-se na execução das instalações segundo o projeto, já que este novo executor da etapa não havia sido capacitado para a leitura do projeto, tampouco orientado para a importância de se respeitar o detalhamento do projeto elétrico. Após algumas visitas nas casas onde o novo eletricitista havia realizado a etapa, os assessores verificaram inúmeras divergências do projeto elétrico.

Como muitas famílias haviam agendado as instalações elétricas de suas casas com o novo eletricitista, os assessores formularam a seguinte estratégia: “capacitar” o novo eletricitista, executando em conjunto as instalações elétricas da próxima casa agendada por ele. Feita a proposta, e apresentadas as justificativas da assessoria para a importância de se realizar estas orientações conjuntas, foi agendada a “capacitação” para o dia 01 de 2009. Neste dia estavam presentes apenas o assessor responsável por acompanhar todo o processo de instalações elétricas no assentamento, o novo eletricitista e o morador (que não participou das instalações). Por meio desse trabalho conjunto, foi possível verificar a dinâmica de trabalho do novo eletricitista e sua maneira de ler e compreender o projeto elétrico. Tanto o assessor como o novo eletricitista puderam rever e trocar conhecimentos, buscando um aprimoramento

e eficiência da prática (Figura 5).



Figura 5 – “capacitação do novo eletricitista”.

As instalações elétricas no assentamento ocorreram ao longo de todo o segundo semestre de 2009. Das 55 casas, 22 tiveram suas instalações elétricas executadas pelo novo eletricitista; 11 pelos eletricitistas capacitados inicialmente; 4 por oficinas de capacitação; 10 por outros eletricitistas (ou pelas próprias famílias) e 8 casas ainda não possuem instalações elétricas.

5 CONCLUSÃO

A partir desta experiência, vale retomar algumas considerações teóricas, de modo que o exercício da reflexão permaneça constante e presente. Primeiramente, envolver os próprios moradores no aprendizado e na execução dessa etapa construtiva trouxe à tona a crítica de Sérgio Ferro sobre as relações de trabalho no canteiro de obras e o papel que o “desenho”, ou o projeto, podem exercer para reproduzir contradições e assimetrias nesse universo. A leitura do projeto elétrico, repleto de códigos e símbolos, foi uma grande dificuldade para os eletricitistas. Ainda que todos, no final da oficina, tenham conseguido assimilar seus significados, o autor tem toda razão ao afirmar que o desenho, separado do seu executor, também estará separado da prática, reproduzindo apenas os mesmos vícios e contradições de um trabalho alienado.

Outra questão que merece ser destacada refere-se ao tema da participação. Colando a participação no lugar da crítica, Gabriel Bollafi (1986 apud CARVALHO, 2004, p. 75) afirma que:

a participação da população que na democracia plena que buscamos deveria dar-se por meio da universalização do acesso à informação e a conseqüente capacidade de participação política, é assim reificada e transferida para o âmbito do instrumental imediato. Por esse procedimento, a população é solicitada a opinar sobre questões que muitas vezes caberiam aos técnicos resolver. [...] Mas enquanto isso permanece excluída e ignorante sobre tantos outros problemas mais graves e abrangentes.

Nesse sentido, a reflexão exposta na Introdução deste trabalho sobre o ideário emancipatório que ainda permeia os mutirões faz emergir a seguinte questão: que emancipação?

Esta indagação não se esgota nesta experiência, tampouco na literatura. Por outro lado, muitos empreendimentos habitacionais, financiados por fundos públicos e executados em mutirão, estão longe de assumir qualquer caráter virtuoso, ainda que possam experimentar “alternativas” e “inovações” bem sucedidas. De qualquer forma, a atuação no campo dessas experimentações (ainda) são válidas. Por mais que a questão da moradia não tenha solução, de fato, dentro do sistema capitalista (como já sugeria Engels), o que se busca (ou o que se espera), em última instância, é a tomada de consciência crítica e reflexiva, tanto dos profissionais envolvidos, como dos moradores, para essas e outras tantas dificuldades. Este, sem dúvida, é um horizonte (utópico) que não deve ser abandonado e que, por meio desta experiência, tem se tornado latente nas pesquisas e ações dos integrantes do grupo Habis.

6 REFERÊNCIAS

- BOLLAFI, G. Os mitos sobre o problema da habitação. In **Espaço e Debates**, n. 17, a. VI, 1986.
- CARVALHO, C. S. Lupa e Telescópio – o mutirão em foco. São Paulo, anos 90 e atualidade. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- DIONNE, H. **A pesquisa-ação para o desenvolvimento local**. Trad. Michel Thiollent. Brasília: Liber Livro, 2007.
- FERRO, S. **O Canteiro e o Desenho**. 2. Ed. São Paulo: Projeto Editores Associados, 1982. (Série Textos de Arquitetura).
- LOPES, J. M. de A. **O anão caolho**. Novos Estudos CEBRAP, n. 76. São Paulo, nov. 2006.
- RIZEK, C. S.; BARROS, J.; BERGAMIM, M. de A. **A política de produção habitacional por mutirões autogeridos**: construindo algumas questões. Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais, V. 5, N. 1 – Maio de 2003.
- SHIMBO, L. **A casa é o pivô**: mediações entre o arquiteto, o morador e a habitação rural. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2004.
- TURNER, J. F. C. **Vivienda: todo el poder para los usuarios**. Madrid : H. Blume, 1977.

7 AGRADECIMENTOS

À FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo), pela bolsa de mestrado de Rodolfo J. V. Sertori; ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), pela concessão da bolsa de Pós-doutorado PNPD de Rosana Rita Folz e pelo apoio financeiro ao projeto “Análise das estratégias, possibilidades e obstáculos para produção coletiva da habitação e infra-estruturas para saneamento ambiental mais sustentáveis em assentamentos rurais” (Edital nº 34/2007- LINHA 3 - Projetos Vinculados a Grupos de Pesquisas).